

TENENTES, TENENTISMO, TENENTISMO VERSUS OLIGARQUIA: REFLEXÕES PARA UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Vavy Pacheco Borges (*)

Um ligeiro contato que estabeleçamos com a documentação de época (década de vinte) e algo se torna bem claro para nós: o hoje chamado “tenentismo” então não existia, como também esses agentes históricos, hoje conhecidos somente por “tenentes”, assim não se auto-intitulavam nem eram por outros designados. Os “revolucionários” era como eles se intitulavam e eram intitulados; também eram conhecidos como os “militares revoltosos” ou “revoltados”, “militares exilados”, “participantes dos dois Cinco de julho”, “elementos da Coluna Miguel Costa-Prestes” ou da “Coluna Invicta” etc. . . . Esses agentes se opunham aos políticos, os “carcomidos” ou “cartolas” da “plutocracia” de então. Para o Partido Comunista, eram os “representantes revolucionários da pequena burguesia”.

Quando é que surge a designação “tenentes”,⁽¹⁾ quando é que são eles vistos, pela primeira vez, como constituindo uma “corrente”, uma “força”, um “movimento tenentista” unificado, e, quando é que surge, afinal — e é o que nos parece mais significativo — o “tenentismo” como tema de estudo? Um outro contato com a documentação de época — também breve e inicial — parece apontar esse surgimento em 1931, no primeiro ano de luta ferrenha entre as diferentes “forças” que, associadas, se apossam do poder em outubro de 1930.

Tentando deixar mais claros os pressupostos do procedimento histórico, lembremos, com Adalberto Marson, que:

“o historiador aparece(ndo) ele mesmo como objeto, apropriado por um processo de constituição do conhecimento sobre a história em que ele trabalha com temas e interpretações já definidos, nos seus elementos essenciais, no momento da formação

(*) Do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

(1) Em carta aberta de 12-3-31, de Buenos Aires, Luiz Carlos Prestes se refere, por muitas vezes aos “tenentes”, colocando o termo entre aspas; (ver Abguar Bastos, *Prestes e a Revolução Social*, Rio de Janeiro, Ed. Calvino, 1946, pp. 252 e seguintes); em carta a Getúlio Vargas, em abril de 31, o Gal. Isidoro Dias Lopez, o grande “herói” do segundo 5 de julho de 1924 em São Paulo, também fala em tenentes, se referindo, ao que parece, aos membros do Clube Três de Outubro (Conferir citação de Peter Flynn em “A Legião Revolucionária e a Revolução de 30” in *Os militares e a Revolução de 30*, Euclides de L. Figueiredo (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 104.

da memória de um determinado passado. O passado deixa, então, de ser mero objeto manipulado pelo historiador — simples memória registrada em documento — e decide poderosamente no que será dito sobre ele, num movimento de auto-criação. No ato aparentemente corriqueiro de ter vivido ou presenciado um acontecimento, o protagonista cria uma versão sobre ele. A capacidade desta versão perdurar, de ultrapassar a uma mera imagem parcial de testemunho, para se tornar um elemento de interpretação, dependerá da capacidade de poder exercida pelo protagonista, das lutas e contradições entre os diversos protagonistas ao longo da criação histórica. Não há, portanto, condições de superar sujeito e objeto no procedimento histórico.⁽²⁾

O fato de a documentação histórica ser, portanto, ao mesmo tempo que o objeto, sujeito da história, nos alerta para uma séria análise da transformação desses “revolucionários” em “tenentes” e do surgimento do tema “tenentismo”. Como, quando, por que e para que tudo isso se deu? A partir desses pressupostos, é preciso um repensar teórico e pesquisas históricas a ele associadas que nos permitam um avanço em relação à atual situação em que esse tema se encontra, hoje, em nossa bibliografia.

O tenentismo,⁽³⁾ como tema de estudo, parece ter se instaurado — e desde então se incruado — em nossa bibliografia desde 1933, ou seja, há mais de 50 anos. Surgiu, segundo nos parece, através da obra de Virgínio de Santa Rosa “O Sentido do Tenentismo”, sendo então o tenentismo proposto pelo autor como uma “categoria sociológica” de análise. Santa Rosa discute o tema que propõe dentro de uma problemática mais ampla, referente à chamada Revolução de 30; assim procedem os analistas do tema que o seguiram.⁽⁴⁾

(2) Adalberto Marson, “Reflexões sobre o procedimento histórico”; Marcos A. Silva (org.) in *Repensando a História*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

(3) O Manifesto do Clube Três de Outubro, em abril de 33, fala da necessidade de o Clube vir a público “em abono do ‘tenentismo’ combatido, deturpado e caluniado”, o que mostra o termo já em uso e sujeito a controvérsias. (Conferir Edgar Carone, *O Tenentismo*, São Paulo, Difel, 1976, p. 415).

(4) Virgínio de Santa Rosa escreveu sua obra como uma resposta à obra de Alcindo Sodrê *A Gênese da Desordem*; para esse autor, o militarismo de outubro de 30 degenerou-se sob a forma denominada então de tenentismo, sendo Getúlio Vargas o “grande tenente”; esse militarismo é visto como gerando toda a “desordem” do momento que Sodrê analisa. O próprio Sodrê teria escrito, por sua vez, em resposta ao primeiro trabalho de Santa Rosa (*A Desordem*) que analisa tanto a transição mundial da democracia burguesa sua contemporânea, como o Brasil nesse amplo quadro, após o final da “República Velha”. (Para resenhas e indicações sobre as diferentes obras do período, ver Lúcia L. de Oliveira (org.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, M.E.C., 1980.

Não cabe aqui discutir as diferentes interpretações desse verdadeiro marco que é a Revolução de 30, criado pelos inúmeros relatos e versões, cuja revisão foi iniciada por Boris Fausto em 1970.⁽⁵⁾ Alguns trabalhos retomam, de forma abrangente e instigante, a reflexão sobre a historiografia que trata do período que envolve 30, numa visão de uma temporalidade ampla e significativa.⁽⁶⁾ Não entraremos nessas bem encaminhadas considerações; é em seu seio, porém, que é necessário colocar as preocupações aqui apresentadas.

É preciso, no campo das ciências sociais, fazer avançar a análise sobre todo um período muito amplo que compreende e explica 1930. Esse período, que nos interessa particularmente, é visto pela bibliografia como o “pano de fundo” da “transição entre a sociedade da Primeira República” e a “sociedade do Estado Novo”, muitas vezes sintetizado como a transição entre o “Estado Oligárquico” e o “Estado Autoritário”. Essas colocações são insatisfatórias; se nos interessa pensar a transição de uma forma de estado para a outra, não nos interessa pensar somente as mudanças em nível político-administrativo ou governamental; interessa-nos sobretudo pensar como e por que essas mudanças expressam alterações nas relações de poder ligadas a novas articulações entre os grupos sociais.

Na reordenação que se processa nos diferentes níveis da sociedade brasileira do período, a bibliografia aponta inúmeros momentos significativos de mudança: 1922, 1926, 1928, 1930, 1932, 1934, 1937... A discussão se dá sobretudo em torno de datas destacadas com maior realce, como 1930 (= a Revolução de 1930, que põe fim à “República Velha” e começa a “República Nova”), 1932 (= a “Revolta Constitucionalista” ou a “Contra-Revolução”), 1937 (= o “Estado Novo”); discute-se, em especial, o caráter de continuidade ou de ruptura do processo nesse período. Edgar de Decca e Carlos Vesentini, em particular, retomam a re-

(5) Boris Fausto. *A Revolução de 30: História e Historiografia*; Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

(6) Ver os seguintes trabalhos: Marilena de S. Chauí: “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”, in Marilena de S. Chauí e M. Sílvia C. Franco, *Ideologia e mobilização popular*, CEDEC — Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (ver especialmente o item I): “Ao leitor benevolente”; Eli Diniz, *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 (ver especialmente capítulo 2): “Economia e Política: Retomando uma velha questão - 1930: continuidade ou ruptura?”; Déa Felon: “A Revolução de 30: Historiografia e Pesquisa Histórica” in *Estudos Ibero-Americanos*, vol. VII, n. 1-2, julho-dezembro de 1981, P.U.C., Rio Grande do Sul; Edgar S. de Decca e Carlos A. Vesentini: “A Revolução do Vencedor” in *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, janeiro 1977, vol. 29 (I); Edgar S. de Decca: *O silêncio dos vencidos*, Brasiliense, São Paulo, 1981; Carlos A. Vesentini: “A Fulguração recorrente” in *Rev. Tudo é História*, Cadernos de Pesquisa 2, São Paulo, Brasiliense. AUPHIB, 1978; *A Teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*, tese de doutoramento, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., São Paulo, 1982 (mimeo); Kazumi Munakata: “Compromisso de Estado” in *Revista Brasileira de História* n. 7, Hay Gobierno?, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

flexão procurando mostrar que a ênfase dada a 30 como ruptura é resultante do quadro de luta de classe que condiciona a produção da memória histórica.

Segundo a maioria das obras, o tenentismo vai surgir em choque com as diferentes oligarquias regionais, entendidas genericamente no sentido de grupos no poder antes de 1930. Essas categorias ou conceitos, amplos e ainda pouco trabalhados, — oligarquia e tenentismo — e a interpretação de sua oposição como explicativa do período imediatamente após 30, mostram, quase que de imediato, sua imprecisão e sua insuficiência.

Ao examinarmos as relações entre Getúlio Vargas e a dita oligarquia paulista (cuja imprecisão conceitual desde então nos incomodou), durante o período que antecede as Revoluções de 30 e 32, tornaram-se claros para nós os motivos do conflito entre Vargas (então Chefe do Governo Provisório e bastante próximo aos chamados “tenentes”) e a chamada oligarquia.⁽⁷⁾ Esta forma a Frente Única, concluída somente em fevereiro de 1932, mas esboçada desde os primeiros sinais da perda dos privilégios de que gozava a oligarquia na primeira República; a identidade ideológica, a união dos interesses econômicos e políticos vão se patentear, acima das tensões em nível político-partidário estadual ou mesmo nacional.

Embora somente após a conclusão da Frente Única se evidencie uma oposição frontal a Vargas, logo se dá o choque entre parte dessa oligarquia — os membros do Partido Democrático — e os representantes do Governo Provisório — os interventores João Alberto Lins de Barros, prestigioso membro da Coluna e o coronel Manoel Rabelo, que substitui interinamente o interventor Laudo de Camargo.

As explicações desse momento em São Paulo como resultante de um conflito originado da oposição oligarquia versus tenentismo muito nos incomodaram durante essa pesquisa. Os interventores citados e alguns outros elementos são apontados como tenentes e mostrados como agindo sem unidade, guiados por marcantes rivalidades pessoais. Percebe-se que as práticas políticas e as propostas ditas tenentistas e oligárquicas muitas vezes se cruzam. Ficava-nos muito difícil aceitar colocar a figura de João Alberto como que em oposição à oligarquia paulista, quando ele se aproximou tanto dela a ponto de formar com um grupo de cafeicultores um Partido da Lavoura. E em que medida ele se aproximava de Miguel Costa, apontado como o outro grande expoente tenentista em São Paulo? Este funda a Legião Revolucionária (depois Partido Popular Progressista) que assusta a oligarquia paulista a ponto de, às vésperas da Revolução de 32, esta parecer encorajar uma tentativa de depredação da sede da Legião, no famoso 23 de maio em que se deram as mortes que originaram o famoso M.M.D.C.⁽⁸⁾

(7) Ver Vavy Pacheco Borges: *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista, história de uma esperança e muitos desenganos*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

(8) Nomes dos estudantes mortos nas arruaças desse dia e que ficaram sendo os símbolos da revolta paulista, os mártires do movimento.

As imprecisões conceituais e a falta de pesquisas sobre o período que se impuseram aos nossos olhos, ao primeiro contato com o período, continuam nos preocupando seis anos depois.⁽⁹⁾

Será que tal diversidade de falas e atuações das Lideranças tenentistas — que parecem tão variadas, embora obrigatoriamente relacionadas — podem ser consideradas como seqüência de um movimento tenentista, em suas diversas manifestações, desde o primeiro Cinco de Julho? E será que o tenentismo, construído a partir de uma generalização — cujos motivos é preciso se descobrir — em um “fato histórico” unificado e um tema de interpretação — foi suficientemente explicado? A maior parte da bibliografia (historiadores, cientistas políticos, sociólogos...) o aceita passivamente como um fato histórico unificado que precisa ser explicado e tenta fazê-lo apontando no movimento tenentista uma “incapacidade política”, “tênue consciência política”, uma “falta de unidade”, uma “constante oscilação entre as classe fundamentais”, bem como seu “fatal desaparecimento” e sua “desintegração”. Mas como explicar algo fundamentalmente pelo que esse algo não foi, ou seja, pela sua ausência ou privação? Conforme alertam Bolívar Lamounier e Marilena Chauí, essas explicações não explicam.⁽¹⁰⁾

Parece-nos que, por uma generalização não-inocente, criou-se o tenentismo, por uma extensão de características comuns a situações aproximadas. O que tem elas em comum, o que têm de específico, que, ao serem generalizadas, permitiram a construção de um tema, concomitante à imposição de uma interpretação? Não queremos dizer que seja um “falso” tema, mas um tema forjado ou controlado por interesses determinados e que permanecem ocultos. É preciso

“investigar como esse objeto de estudo foi produzido, tentando-se reconstituir sua razão de ser e aparecer a nós segundo sua própria natureza, ao invés de determiná-lo em classificações e compartimentos pelo que ‘não é’, por estar ‘fora de lugar’ ou por ter nascido ‘tardiamente’.”⁽¹¹⁾

Examinando o tenentismo, perguntamo-nos: como puderam ser associados, sob o rótulo genérico de tenentes, agentes históricos que nos parecem tão diferenciados como Miguel Costa, Luiz Carlos Prestes, Juarez

(9) Iniciamos, no momento, em função de uma tese de doutoramento, uma nova pesquisa sobre o período; estudaremos o chamado tenentismo em São Paulo, após 1930, o que, esperamos, permitirá um repensar da constituição do tema e um melhor conhecimento do período.

(10) Ver os seguintes trabalhos: Bolívar Lamounier: “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”, in *Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, tomo III, vol. 9 da Coleção História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1977; Marilena de Souza Chauí, op. cit.

(11) Adalberto Marson, op. cit., p. 49.

Távora (líderes das revoltas militares), Góes Monteiro (que perseguiu as mesmas revoltas), ou os chamados tenentes-civis, como Oswaldo Aranha, Virgílio de Mello Franco e Pedro Ernesto Batista? Como foi possível ver uma linha de continuidade, associando-se, por exemplo, a revolução de 1924 em São Paulo e a ação carioca do Clube Três de Outubro, exercida sobretudo entre 1931 e 1933? Como foi possível englobar em uma mesma categoria ou conceito posturas ideológicas e ações políticas tão diferenciadas? Os militares revoltados antes de 1930, pelo seu discurso visto como vago e não-amarrado, são aproximados a uma oposição com um projeto visto como democrático-liberal. Depois de 30, parte desses militares está ligada ao “Grupo de Comando” do Governo Provisório e muitos passam a fazer parte do aparelho de Estado; seu discurso, mais articulado, segundo algumas análises, é visto como autoritário e elitista, entre outras características. Como ver uma linearidade, uma unicidade nisso tudo, através da generalização “discurso tenentista”? É preciso analisar quais foram os princípios, os motivos de tal generalização, e como tudo isso leva à criação do tema e de sua interpretação inicial e fundamental até hoje, a de sua oposição explicativa à oligarquia.

As explicações apresentadas para as transformações do amplo período que nos preocupa são sempre sugeridas em torno de oposições como “centralização contra federalização”, “nacionalismo contra regionalismo”, “liberalismo contra autoritarismo”. Para o momento mais restrito que se estende de outubro de 1930 (logo após a tomada militar do poder, vista como liderada pelos tenentes) a 1935 (dissolução do Clube Três de Outubro e decretação da ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora, para alguns autores, último reduto tenentista,⁽¹²⁾ a explicação mais freqüente é a da oposição oligarquia versus tenentismo. Essa interpretação oligarquia versus tenentismo parece ter surgido concomitantemente à criação do tema tenentismo, ao seu surgimento. Ela perpassa todas as análises do período nos últimos cinquenta anos e seu repensar é indissociável ao do tenentismo; parece-nos claro que tenentismo como tema surge como uma construção já comprometida na relação de oposição tenentismo versus oligarquia. Essa é a interpretação que podemos ver como a vitoriosa do tema, pois se impôs até nós desde 1933. Os outros conflitos sociais ficam obscurecidos por essa oposição construída como a fundamentalmente explicativa. Sabemos que ela realmente existiu, no momento histórico a que nos referimos, na briga pelo espólio do poder, após sua tomada em outubro de 30, entre os diversos elementos componentes da grande frente que fez a chamada Revolução de 30; essa luta pelo poder está representada na disputa pelo título de “revolucionários”: quem seriam esses verdadeiros revolucionários, que teriam o direito de comandar os “caminhos da Revolução”? Parece-nos

(12) Interpretação essa cuja base pode estar relacionada ao fato de o próprio Luiz Carlos Prestes, num apelo que faz aos “brasileiros”, às vésperas do levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, fazer essa aproximação.

que 30 sendo, naquele momento sobretudo, uma tomada de poder, o importante era ser visto como os responsáveis por essa tomada ou mesmo como os responsáveis iniciais da proposta de sua realização.

É interessante levantar-se, também, como merecendo ser objeto de reflexão, as colocações feitas pela equipe do CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, ao apresentar sua bibliografia sobre o tenentismo. Diz a apresentação:

“Ultimamente o tenentismo tem sido objeto de intensa reflexão nos meios acadêmicos. Envolveu tanto os historiadores preocupados com as raízes da Revolução de 30 como os cientistas políticos que buscam retomar na ação dos tenentes o fio condutor das relações entre civis e militares. Enfim, o tenentismo, um tema que de maneira tão aguda agitou as décadas revolucionárias de 20 e 30 está merecendo destaque na periodização da História Republicana (. . .). A partir da década de 70, porém, o tenentismo passa a constituir um tema específico importante para o meio acadêmico brasileiro, merecendo então trabalhos exclusivamente a ele dedicados. Até nós, tal importância chega refletida na quantidade crescente de pesquisadores que buscam o Centro à procura de documentação sobre os movimentos tenentistas”.⁽¹³⁾

Parece-nos interessante que se pense sobre essas afirmações, tão patente na necessidade de revisão historiográfica.

Este artigo pretende, pois, apresentar algumas reflexões que forneçam pistas para essa revisão. É preciso a retomada de obras que tratam do tema desde seu surgimento há 50 anos atrás, para um balanço crítico de seu percurso. Obviamente, é enorme o número de obras que a ele se referem; vamos trabalhar aqui somente com algumas que consideramos mais marcantes ou representativas em função dos pressupostos do procedimento histórico colocado no início deste artigo. O critério de análise das obras foi o enfoque que dão ao tenentismo, não sendo abordadas outras colocações que façam, por mais sugestivas e importantes que sejam; não se espere, portanto, uma análise exaustiva das obras mencionadas. Vamos somente ver como tratam o tenentismo.

Vamos trabalhar com colocações feitas em contextos muito diversificados e por autores que podemos ver como muito desiguais.

(13) CPDoc: Bibliografia: Tenentismo, Instituto de Direito Público e Ciências Políticas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978. Essa bibliografia cobre: Relatos e Ensaio acadêmicos (1), Biografias e Memórias (2) e arrola as fontes primárias disponíveis no Centro (3).



Trabalharemos inicialmente com duas obras consideradas como análises clássicas do período, as de Virgínio de Santa Rosa e Barbosa Lima Sobrinho, testemunhas do momento histórico que examinam.

Refletiremos tanto sobre o conjunto de obras da socióloga M. Cecília S. Forjaz, que atualmente se debruça em particular sobre o tema do tenentismo, quanto sobre uma simples entrevista de um participante, como o Marechal Cordeiro de Farias.

Abordaremos historiadores com comprometimentos ideológicos bastante evidentes, como Pedro Calmon (em sua visão geral da História do Brasil), Leôncio Basbaun (em sua visão da história republicana) e Nelson W. Sodré (em uma recente entrevista sobre o tema).

Veremos os artigos específicos sobre o tenentismo do cientista político brasileiro José Murilo de Carvalho e dos chamados brasilianistas John D. Wirth, Robert J. Alexander, Peter Flynn e Michael A. Connif.

Finalmente, enfocaremos historiadores atualmente em franca produção, como Boris Fausto, Edgar Carone, Paulo S. Pinheiro, Edgar de Decca e Carlos A. Vesentini.

1. CRIAÇÃO DO TENENTISMO COMO TEMA E SUA INTERPRETAÇÃO

É com relativa segurança que, na retomada da trajetória do tema, começamos por reflexões sobre a já citada obra de Virgínio de Santa Rosa *O Sentido do Tenentismo*; ela nos parece ser a matriz da maior parte ou da quase totalidade das interpretações posteriores.⁽¹⁴⁾ Impreterivelmente citada pela bibliografia posterior que trata das décadas de vinte e trinta, vale a pena nela nos determos como um todo de forma mais completa; a isso somos levados pela sua importância como criadora, conforme propõe o autor, da “categoria sociológica”, ao tentar explicar, pela primeira vez, o que seria o tenentismo. O autor diz fazer um ensaio e o começa advertindo sobre a necessidade de se ter uma “visão sociológica”, a fim de não se ver os “tenentes como uma invenção habilíssima do ditador Getúlio Vargas”.⁽¹⁵⁾

(14) A primeira edição foi da Editora Schmidt, Rio de Janeiro, 1933. As citações aqui feitas se referem à segunda edição, curiosamente feita decorridos 30 anos, em 1963, sob outro título: *Que foi o tenentismo*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, com prefácio de Nelson Werneck Sodré.

(15) Virgínio de Santa Rosa, op. cit., p. 21.

A tese central do livro é resumida por grande parte dos autores subsequentes, como sendo uma análise do tenentismo como uma expressão da classe média ou pequena burguesia.⁽¹⁶⁾ É preciso, porém, examinar-se isso mais a fundo.

Ao comentar o tenentismo depois de 1930, escreve Santa Rosa:

“Os tenentes iam surgir desassombadamente no campo político nacional. Era uma componente inteiramente inédita que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma extensa experiência revolucionária adquirida durante os anos do exílio. Com o advento deles, as classes médias teriam possivelmente a sua primeira expressão política. Oriundos dessas camadas novas das populações brasileiras, os tenentes forçosamente tinham de encarnar seus anseios mais íntimos. Ademais, guindados ao poder por circunstâncias imperiosas e fatais de nossa formação econômica e social, eles só podem se apoiar nas multidões urbanas como meio exclusivo de resistir às pressões inexoráveis dos latifúndios”.⁽¹⁷⁾

Escrevendo em 1933, conclui o autor:

“Agora é difícil haver alguma força capaz de impedir esse movimento ascensional da pequena burguesia. E, atualmente, dentro dos moldes partidários brasileiros, só há uma força com possibilidades de dar novas acelerações a esse movimento e forma adequada a essas aspirações, tudo de conformidade com as diretrizes sociais do mundo contemporâneo”.⁽¹⁸⁾

Estava então criado o tenentismo, com uma conotação precisa, bem definida, por um autor que imprime uma visão de progresso ao processo histórico; para ele, o tenentismo é a “força” maior a mover esse processo, que cre “mundial”: dá-se uma “ascensão das classes médias em todos os países europeus”.⁽¹⁹⁾ O autor dá a essa ascensão uma conotação positiva e torce muito por sua vitória, embora em sua apresentação do livro tenha se colocado como um analista “neuro” e “sereno”, “completamente alheio ao turbilhão de ódios e rancores”.⁽²⁰⁾

Perpassa todo o texto uma visão organicista da História, que se desenrola como um processo num plano universal, no qual é incluído o Brasil. É um processo determinista, evolucionista, progressista; e essa evolução inexorável é, no Brasil daquele momento, impulsionada pela minoria revolu-

(16) A associação da ação dos tenentes à uma ação pequeno burguesa está presente na documentação do Partido Comunista da época. Para alguns dos inúmeros exemplos conferir Leôncio Basbaun: *História Sincera da República: 1889-1930*, S. Paulo, Alfa-Omega, 1976, vls. 2 e 3.

(17) Virgínio de Santa Rosa, op. cit. p. 53. Inúmeras outras definições podem ser encontradas na obra, mas esta nos pareceu bastante representativa.

(18) *Ibidem*, *ibid.*, p. 54.

(19) *Ibidem*, *ibid.*, p. 34.

(20) *Ibidem*, *ibid.*, p. 22.

cionária que é o tenentismo; os tenentes são os representantes das classes médias urbanas, parte de um todo mais amplo, a pequena burguesia, cuja ascensão no plano mundial, visto como o mundo ocidental, está se dando no momento em que o autor escreve.

Oligarquia é definida como expressão de grupos no poder, representando tanto os interesses agrários como industrial, mas tendo, em última instância, como base o latifúndio; esses interesses constituem a burguesia (que o autor vê, portanto, como urbana e industrial).

Em 1930 deu-se, para Santa Rosa, a união de

“duas correntes extremas e antagônicas (que) se diferenciaram desde logo na massa confusa dos triunfadores. Uma desejosa de realizar somente as reformas de natureza estritamente política; outra, mais radical, tomada de anseios renovadores, pleiteando grandes modificações internas, profundas transformações sociais. A primeira, constituída pelo bloco poderoso dos situacionistas mineiro e gaúcho — e as formações partidárias remanescentes ao triunfo revolucionário, como o Partido Democrático Paulista e as antigas oposições estaduais — era composta dos elementos propriamente políticos. A segunda, procurando atender aos reclamos da pequena burguesia, em busca de um ponto de apoio para a ação reconstrutora, distinguiu-se pela predominância da mocidade militar, os ex-combatentes das revoltas militares do último decênio da vida republicana... A dissociação dessas duas correntes antagônicas foi-se realizando de modo mais ou menos espontâneo”;⁽²¹⁾

o acordo entre elas foi tentado, mas não se pôde efetivar.

Exemplos como o citado se encontram por toda a obra: é a tônica da luta entre as oligarquias e o tenentismo que marca todo o conflito da época. Entretanto essa oposição é uma luta que manifesta, para Santa Rosa, conflitos em nível da sociedade como um todo, pois a sua já citada definição de pequena burguesia é feita de forma tão ampla que inclui o proletariado e as massas rurais, além das classes médias urbanas; sua interpretação do tenentismo coloca este como expressão de toda essa ampla pequena burguesia.

Vejamos isso melhor: pode-se ver, segundo o autor, uma luta entre a burguesia (vista como agrária e industrial) e o resto da sociedade, englobada na categoria de pequena burguesia. Ao analisar a Primeira República diz:

(21) *Ibidem*, *ibid.*, pp. 51-56.

“Tivemos, assim, desde cedo, dois grupos um em frente ao outro. De um lado, a burguesia, fundida com a alta burguesia, devido ao acanhado desenvolvimento do nosso capitalismo. Do outro lado, a pequena burguesia, confundida com o proletariado, graças à miséria de nossa existência material. A primeira possuía o poder, baseada na posse dos latifúndios, armada com a máquina das poderosas oligarquias políticas. A segunda atacava e solapava os bastiões burgueses com todas as forças e armas de que podia dispor”.⁽²²⁾

Coloca as massas rurais dentro desse conceito muito genérico de pequena burguesia, justificando isso pelo mesmo argumento por meio do qual nela inclui o proletariado, ou seja, o baixo nível de vida de nossa classe média. Vê o nível dessas massas como ainda muito mais baixo:

“Há no Brasil, infelizmente, uma população ainda mais miserável, solta ao absoluto desamparo: os agregados, as massas rurais. Sem terra para cultivar, sem nenhuma feição econômica, (...) vegetam semi-escravizados, em dependência econômica dos senhores dos latifúndios. Só o amparo de nossos barões sertanejos, livra essas famílias misérrimas de morrer de fome...”⁽²³⁾

Para Santa Rosa, classes médias urbanas e rurais se confundem, portanto, dentro de uma visão ampla de pequena burguesia; o baixo nível de desenvolvimento capitalista brasileiro é o responsável por essa polarização social em somente dois grandes grupos antagônicos.

No momento em que o autor escreve, vê um “estado de equilíbrio entre as forças de ação e reação, a pequena e a grande burguesia (...) mas é uma situação eminentemente provisória, propícia a inevitáveis lutas futuras.”⁽²⁴⁾

Vemos que não se trata de uma visão de lutas de classe conforme a análise proposta pelo marxismo em uma sociedade de classes capitalista; o autor usa a categoria luta de classes, mas com seu próprio referencial.⁽²⁵⁾

(22) *Ibidem*, *ibid.*, p. 28.

(23) *Ibidem*, *ibid.*, p. 116.

(24) *Ibidem*, *ibid.*, p. 106.

(25) Luiz Pereira faz uma breve menção a essa visão: “A Revolução de 30, ‘o mais formidável impasse da vida nacional’ até então, se configura como ‘luta’ de classes que tem um de seus pólos na ‘grande burguesia agrária e industrial e o outro nas massas urbanas’ também designadas pelo Autor como ‘classes médias’ e ‘pequena burguesia’ face às ‘massas rurais que em esmagadora maioria ainda permaneciam sujeitas ao coronelismo local’. Ver *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Pioneira, 1971, p. 30.

Ao comentar a situação dos anos trinta, diz:

“A alta burguesia territorial e industrial pretendia a conservação da mesmíssima ordem social e a pequena burguesia forçava e pregava a remodelação social com garantia de suas conquistas políticas. Ambas as classes, encarnadas nos homens representativos que encarnavam o poder, mascaravam os interesses sob o aspecto brilhante das contendas ideológicas”.⁽²⁶⁾

Em outro trecho, diz:

“Havia uma divergência profunda e insolúvel entre os competidores. É que, pela primeira vez em nossa existência republicana, interesses profundos e irreconciliáveis dividiam as organizações e agrupamentos partidários. Era a luta de classes, nascida com a proliferação das indústrias e o crescente desenvolvimento das cidades litorâneas”.⁽²⁷⁾

Santa Rosa critica as legiões que então se formam:

“(. . .) as famosas experiências legionárias de um semi-fascismo ridículo e pitoresco (. . .) mutações de superfície, reformas endêmicas fadadas a estrondosos fracassos (. . .) criações exóticas e artificiais à vida popular brasileira (. . .) e que o latifúndio normalmente absorve e destrói todas essas organizações estranhas (. . .) (as legiões são) sem compromissos radicais com as massas urbanas”.⁽²⁸⁾

Critica também, na mesma postura antifascista, os exemplos da “Itália, Rússia ou Turquia e sua imitação aqui que foi a tentativa de criar essas legiões.”⁽²⁹⁾ Acha que essa é a primeira feição da “nova corrente partidária” que é o tenentismo, mas ela soçobra “pela ação intempestiva das oligarquias”.⁽³⁰⁾

O autor, alguém que apóia o tenentismo, não identifica, portanto, as legiões como suas legítimas expressões; para ele, a mais acabada expressão do tenentismo e que tem todo seu respaldo é o Clube Três de Outubro:

“E o tenentismo, com o aumento da importância do Clube Três de Outubro, ganhou coesão e firmeza”.⁽³¹⁾ Vê nesse tenentismo

(26) Virgínio Santa Rosa, op. cit., p. 59.

(27) Ibidem, ibid., p. 108.

(28) Ibidem, ibid., pp. 59-60.

(29) Ibidem, ibid., p. 105; essa visão é partilhada na época, por Luiz Carlos Prestes, conforme se vê, por exemplo, em sua carta aberta de março de 1931. Aliás os “tenentes” são apostrofados pelos dois “xingos” mais fortes para um comunista: “fascista” e “pequeno-burguês” . . .

(30) Ibidem, ibid., p. 108.

(31) Ibidem, ibid., p. 60.

uma “tendência de uma reconstrução revolucionária, em harmonia com as aspirações da pequena burguesia e obedecendo às aspirações do movimento universal. Assim, por idealismo ou por interesse partidário, o tenentismo inclinava-se cada vez mais firmemente para representar a pequena burguesia na peleja formidável contra os intuitos dominadores dos senhores de latifúndios e dos proprietários de fábricas. A luta era decisiva, o tenentismo progredia a olhos vistos e as oligarquias políticas não podiam consentir nesse expansionismo sempre crescente (...). E o Clube Três de Outubro, órgão coordenador dos sentimentos revolucionários, começou a pesar de uma maneira decisiva nos conselhos políticos e administrativos do país”.⁽³²⁾

O autor comenta que, embora os tenentes se digam contra os políticos, também eles “tinham de fazer a sua politicalha, como todos os outros, não obstante realizarem-na como Monsieur Jourdain fazia prosa...”⁽³³⁾ Este é mais um dos pontos em que o autor se identifica com os “tenentes”: sempre vê fazer política como fazer “politicalha”, a não ser quando são os tenentes que a fazem, em nome da pequena burguesia... Coloca essa nova corrente partidária como movida pelo idealismo, embora admita seus “interesses partidários”, os quais não ficam especificados mais concretamente do que interesses de classe, ou seja da pequena burguesia.

Afirma que o Clube Três de Outubro é um “foco de concentração da exaltação extremista”,⁽³⁴⁾ inclinado por “reformas de cunho francamente social (...) tentando subverter e remodelar os quadros e padrões do passado da sociedade brasileira”.⁽³⁵⁾ Santa Rosa encara essas pretendidas reformas como “profundas e radicais”⁽³⁶⁾ e que devem ser, como então o desejam os tenentes, promovidas pelo prolongamento do Governo Provisório, ainda enquanto ditadura.

É nesse confronto radical que o autor analisa a revolução constitucionalista de 32:

“O movimento universal, com seu ritmo trepidante e catastrófico, invadira o Brasil como de roldão, tal qual uma torrente. E era justo que as primeiras manifestações desse espírito moderno fossem contempladas em São Paulo, o maior centro de indústria e comércio nacionais, assim como, pela robustez do corpo plutocrático paulistano, era também certa e inevitável a reação das oligarquias políticas remanescentes à investida dos pequenos-

(32) Ibidem, *ibid.*, pp. 60-61.

(33) Ibidem, *ibid.*, p. 63

(34) Ibidem, *ibid.*, p. 77.

(35) Ibidem, *ibid.*, p. 64.

(36) Ibidem, *ibid.*, p. 77.

burgueses. Denunciou-se então aquilo que a ignorância indígena chamou de 'comunismo dos tenentes'." (37)

Essa revolução é vista por Santa Rosa como o ponto forte do antagonismo entre os dois grandes grupos sociais, mas explicada sobretudo naquele momento pela oposição, pela briga política entre "oligarquia versus tenentismo". Para ele, é após essa revolução que "o País entrou na verdadeira fase de sua reconstrução nacional", (38) pela qual o autor torce tanto a ponto de chamar os tenentes, nessa fase, de "os nossos homens". (39)

Santa Rosa vê o tenentismo "sobretudo como um organismo em plena formação (...) sua doutrina só se definiu pouco a pouco, com o progresso crescente da revolução, através dos entre-choques das correntes partidárias". (40) Aponta como base de seu programa os trabalhos de "Alberto Torres, Oliveira Vianna e Tristão de Athayde, e outros espíritos de escol (...). Esses demolidores da grande burguesia..." (41) essas "inteligências de vanguarda" que embasaram o programa do Clube Três de Outubro. Ressalta sempre a elaboração lenta desse programa, na qual "o joio foi separado do trigo". (42)

Para ele, o programa se divide em duas partes: na primeira, reformas de emergência, de ordem política (a federalização das polícias estaduais e a unificação da justiça); "na segunda (...), remodelação social (...), na orientação da social-democracia". (43) Comenta então: todavia,

"inclinava-se a uma aliança mais estreita com a pequena burguesia brasileira (...). O programa se apresentava com um cunho acentuadamente pequeno-burguês, obediente às contingências do nosso momento nacional, que não comporta maiores diferenciações na nossa estrutura social".

Acha que é um programa longe de extremos:

"um capitalismo moderado pequeno-burguês, o individualismo democrático e recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. . . E, ainda mais, como tendências pro-

(37) *Ibidem*, *ibid.*, pp. 64-65.

(38) *Ibidem*, *ibid.*, p. 101.

(39) *Ibidem*, *ibid.*, p. 106.

(40) *Ibidem*, *ibid.*, p. 102.

(41) *Ibidem*, *ibid.*, p. 79.

(42) *Ibidem*, *ibid.*, p. 79.

(43) *Ibidem*, *ibid.*, p. 80.

nunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d'água e do comércio a varejo".⁽⁴⁴⁾

O autor vê as leis como "humaníssimas e inofensivas", e vê as tendências como "utopias impróprias ao atual estágio econômico do Brasil"; acha que foi "graças à indigência mental" do nosso meio que tudo isso é visto como seja "extremismo rubro", seja "fascismo", gerados pelos "inimigos da democracia".⁽⁴⁵⁾

Para o autor, tal programa foi "condensando a média das opiniões revolucionárias, elaborado pela nova geração que surgia no cenário político brasileiro, (que) devia encarar o problema nacional sob um prisma fundamentalmente contrário ao dos organizadores da República de 89";⁽⁴⁶⁾ seria, portanto, a centralização o feixe político que orientava o repensar e o reconstruir do programa.

O grande avanço do tenentismo no Distrito Federal é, conforme já acentuado, a atuação do Clube, que Santa Rosa classifica como a "ala esquerda revolucionária";⁽⁴⁷⁾ é o "revolucionarismo rubro".⁽⁴⁸⁾ Essa ala é rígida, porém, por um "programa reformista da social-democracia", pois, lamenta ele, "não havia o que escolher: a social-democracia se apresentava como a única solução apropriada para o caso brasileiro", devido ao "nosso estágio econômico-cultural (que) favorecia e facilitava a conservação do latifúndio".⁽⁴⁹⁾

O autor lamenta também que os tenentes não tivessem "conseguido desalojar o Sr. Getúlio Vargas do Catete, substituindo-o por uma individualidade pertencente à facção outubrista", pois, se isso se desse, "o Brasil teria escapado ao confucionismo social-democrata — posto que em sua fase rudimentar — que provavelmente ficará estereotipado na futura Carta Constitucional".⁽⁵⁰⁾ Vê-se, portanto, que quando escreve, o autor vê como já tendo passado a fase que considera como o auge do tenentismo, em que esse e a ditadura se identificaram.

Santa Rosa situa o "apogeu político" do tenentismo um pouco antes da Revolução de 31, a partir de fevereiro do mesmo ano, quando se dá o empastelamento do jornal *Diário Carioca* por elementos do Clube Três de Outubro; para ele, fica então o tenentismo sozinho com a responsabilidade da organização nacional. É nesse momento que vê a identificação ditadura-tenentismo, contra a qual São Paulo vai reagir. Diz ele:

(44) *Ibidem*, *ibid.*, p. 81.

(45) *Ibidem*, *ibid.*, p. 81.

(46) *Ibidem*, *ibid.*, pp. 78-79.

(47) *Ibidem*, *ibid.*, p. 83.

(48) *Ibidem*, *ibid.*, p. 97.

(49) *Ibidem*, *ibid.*, pp. 105-106.

(50) *Ibidem*, *ibid.*, p. 114.

“E S. Paulo ficou inteiramente entregue à exaltação perrepista (...). As promessas da revolução social, consolidando o poderio das classes médias brasileiras, pareciam definitivamente ameaçadas pela vigorosa arrancada da politicalha nacional”.⁽⁵¹⁾

É com tristeza que vê em São Paulo as classes médias permanecerem “indiferentes” a essa contenda, mesmo sendo manipuladas pela oligarquia; acha que isso se dá devido à “deplorável ignorância de nossas populações em assuntos sociológicos, incessantemente explorada por interessados”.⁽⁵²⁾ Segundo ele, os nossos próprios “doutores” não sabem realmente o que seja o fascismo ou o comunismo; aliás, o próprio Santa Rosa nas suas colocações em geral, parece meio indefinido quanto à sua posição sobre o que seria revolucionário, radical, extremada ou reformista...

Para o autor, portanto, a Revolução de 32 é uma tentativa oligárquica reacionária, ao querer parar o processo inexorável da revolução pequeno-burguesa que ele tanto deseja liderada pela ação tenentista. Nessa tentativa, a oligarquia lança a pecha de “comunistas” aos tenentes e manipula as classes médias inconscientes.⁽⁵³⁾

Outro elemento que consta da análise de Santa Rosa é a influência, nos tenentes, de sua filiação à organização militar, ao Exército. Ao comentar o já citado empastelamento do *Diário Carioca*, o autor coloca:

“Os militares, a grande maioria do núcleo outubrista, tendiam a repelir as ofensas. E a reação, como era fatal, devia vir sob a forma de violência. Sem imprensa e outros meios de combate, só lhes restava o recurso da agressão física. Ademais, assim já observou Oliveira Vianna, o pundonor da bravura e valentia torna o militar um explosivo demasiadamente deflagrante quando em contato com os processos rasteiros e vis do nosso meio político. Eles entram nas lides partidárias com os mesmos preconceitos e a mesmíssima mentalidade do quartel, sem conformar-se com as deficiências de nossa falta de educação cívica. Daí os atritos, os atentados e as violências inomináveis toda vez que as vicissitudes da vida nacional os chamam ao cenário político”.⁽⁵⁴⁾

Afirma depois, ainda dizendo-se apoiado no mesmo autor, que o Exército brasileiro

(51) Ibidem, *ibid.*, p. 98.

(52) Ibidem, *ibid.*, p. 100.

(53) Um exemplo de trabalho que estuda a manipulação das classes médias na revolução de 32 é o de Holien G. Bezerra: *Artimanhas da dominação: São Paulo, 1932*, tese de doutoramento, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., São Paulo, 1981. Quanto à pecha de “comunistas” é mais uma vez “xingo” maior, desta vez o da burguesia, que é aplicada aos “tenentes”, como já colocamos ser feito pelos comunistas, na nota n.º 27.

(54) Ibidem, *ibid.*, p. 52.

“pode ter um certo espírito de corpo, aliás muito menos vivo que nas nações militarizadas; mas não tem, nem nunca teve, consciência de uma missão política qualquer, em contraposição às classes civis do país”.⁽⁵⁵⁾

Acha que foi portanto “somente uma exploração partidária” falar em “militarismo dos tenentes”,⁽⁵⁶⁾ tentando recuperar os ecos da chamada campanha civilista de Rui Barbosa. Para o autor,

“É irrisório falar em militarismo num País onde o Exército sempre acompanhou o povo, em todas as causas nacionais, e nunca sustentou a menor campanha que só visasse atender os interesses da classe. Depois, chega a ser ridículo pensar em perigo militarista numa nação onde o Exército constitui uma minoria verdadeiramente risível, diante da arregimentação poderosa das brigadas policiais estaduais”.⁽⁵⁷⁾

O papel político dos militares é, para Santa Rosa, provocado pelos civis, que “arrastam os militares às aventuras revolucionárias”⁽⁵⁸⁾ e são os civis também que apregoam a “doutrina do cidadão-fardado”, para servir os seus interesses, como apregoam depois que devem “voltar modestamente ao quartel”. E ironiza: “O político abocanha os postos mais destacados e presenteia os militares mais heróicos com um ou dois galões”. Acha, em síntese, que os militares “têm sido procurados e solicitados somente como uma espécie de jagunço, os cangaceiros assalariados pelos interesses partidários”.⁽⁵⁹⁾ Vê-se que o autor aceita uma certa influência da instituição militar na forma de agir dos tenentes — a violência — e aceita um certo “espírito de corpo”, mas não vê o tenentismo como mera decorrência da organização militar ou como uma oposição do elemento militar ao civil, nem gerado pela defesa dos militares de seus interesses próprios.

No final da obra, o posicionamento do autor pró-tenentismo, que percorre toda a análise, fica claramente patente; Santa Rosa, em uma visão bem autoritária e elitista, próxima aos tenentes daquele momento, lamenta o fato de a

“pequena burguesia, por intermédio desses seus representantes eventuais, não conseguir implantar uma ditadura, forte e enérgica, apta a transformar a sociedade brasileira com a decretação de reformas profundas e radicais, para assegurar o domínio mais ou menos duradouro das classes médias urbanas e rurais”.⁽⁶⁰⁾

(55) *Ibidem*, *ibid.*, p. 110.

(56) *Ibidem*, *ibid.*, p. 109.

(57) *Ibidem*, *ibid.*, p. 110.

(58) *Ibidem*, *ibid.*, p. 110.

(59) *Ibidem*, *ibid.*, p. 111.

(60) *Ibidem*, *ibid.*, p. 115.

Levando ao extremo sua identificação com a corrente tenentista e prevendo-lhe um róseo futuro, faz-lhe uma recomendação em favor das massas rurais, pedindo por uma reforma agrária que acabe com o latifúndio que “já começa a entrar o ritmo de expansão da vida nacional”;⁽⁶¹⁾ “o latifúndio já cumpriu inteiramente a sua missão histórica”, completando “a heróica missão do bandeirismo paulista”; os latifúndios devem desaparecer, pois são “buracos inúteis no seio de zonas progressistas”. É o “progresso do país que exige a “intervenção direta e imediata do Estado” para regularizar essa situação.⁽⁶²⁾

Não é, portanto, uma reforma agrária para a abolição da propriedade rural, mas uma “reforma” contra as grandes propriedades improdutivas; contra elas, propõe o “imposto progressivo sobre as terras sem cultivo, visando a reversão do domínio à União”. Acha isso inadiável e vê satisfeito que “os tenentes enxergam claramente a obrigatoriedade de mais esse avanço no terreno das conquistas sociais”. Acha essa proposta de “reforma”, feita por uma “minoría revolucionária”, uma reforma “radical”; sem ela, todas as outras transformações sociais podem soçobrar, pois a “conjunção das conveniências latifundiárias, confederadas em partidos regionais, continuará a influir decisivamente na nossa vida política, desde que não se faculte a libertação econômica dos agregados”.⁽⁶³⁾ Portanto, embora em outros trechos Santa Rosa critique o “reformismo”, o “confusionismo social-democrata”, é nessa posição que devemos colocar seu ataque aos latifúndios, pois sua proposta não ultrapassa o campo reformista, diversamente do que ele pretende, ao chamar sua posição de reforma “radical”; o grande inimigo é o latifúndio improdutivo e não a propriedade privada da terra.⁽⁶⁴⁾

É otimista quanto ao futuro do tenentismo; no momento em que escreve, há um “mal-entendido passageiro” pois “o tenentismo, dentro em breve, reconquistará as multidões. Senão como governo, certamente como oposição”.⁽⁶⁵⁾ Essa é a mensagem final da análise.⁽⁶⁶⁾

(61) *Ibidem, ibid.*, p. 117.

(62) *Ibidem, ibid.*, p. 119.

(63) *Ibidem, ibid.*, pp. 120-123.

(64) O que o Partido Comunista da época veria como um “reformismo pequeno-burguês”, Santa Rosa chama de “revolucionário.”

(65) *Ibidem, ibid.*, p. 109.

(66) Em resposta a um questionário feito pelo jornal *Diário de Notícias*, cujas respostas, dadas por várias personalidades, são publicadas em uma obra de 1933, entre inúmeras colocações interessantes, temos um depoimento de Santa Rosa. A obra se intitula: “Para onde vai o Brasil? Para o comunismo? O fascismo? O integralismo? A democracia? O socialismo? O federalismo? A ditadura?” Santa Rosa prediz: “O Brasil vai para a social-democracia, regime de representação proporcional e dada a multidão de correntes em luta, sairá a confusão. Depois dessa confusão, o Brasil irá para o fascismo, “Ver resenha publicada em Lúcia L. de Oliveira, *op. cit.* pp. 270 e seguintes.

.....

Façamos uma síntese do que foi comentado e que nos interessou ressaltar das inúmeras repetições, quase que didáticas e proselitistas em relação ao leitor. Sua análise coloca o tenentismo como uma componente até então inédita no cenário político brasileiro e cuja grande atuação vai se dar depois da revolução de 30. O grupo dos tenentes possui uma forte consciência de classe, adquirida no exílio; são a mocidade militar do Exército, e a violência em sua forma de atuação é resultante do fato de serem membros dessa instituição.

São para o autor os agentes históricos mais importantes na aceleração do processo histórico, pois constituem uma nova corrente partidária; essa corrente vai ser a expressão das classes médias urbanas, das quais os tenentes são oriundos e que, por não possuírem uma comunhão de interesses, não possuem outra expressão. Essas classes médias urbanas, junto com as massas urbanas e rurais, constituem a pequena burguesia, cuja ascensão é uma lei inexorável da evolução do mundo ocidental; dentro dela, os tenentes são vistos como meros joguetes pelo autor, que deseja ardentemente que o tenentismo se torne também uma expressão das massas rurais, ao combater o latifúndio.

A verdadeira expressão do tenentismo após 30 não são as legiões (expressão de um partido fascista), mas o Clube Três de Outubro, o qual procura realizar a reconstrução revolucionária do país segundo as necessidades da pequena burguesia. Há uma nítida indefinição do autor em relação ao que seria “reformista” ou “radical” num programa tenentista do Clube; ou mesmo de suas próprias propostas, o que fica mais patente em relação à reforma agrária.

O tenentismo vai se opor, como expressão da pequena burguesia, à burguesia (aliada à grande burguesia), representada pelas oligarquias no poder: essas representações de interesses industrial e territorial-agrícola têm como base o latifúndio e assumem conotação regional. É a oposição, o conflito dessas duas correntes (ou seja oligarquia versus tenentismo, que nas análises posteriores assume outro conteúdo menos abrangente) que vai exprimir toda a complexa oposição da sociedade do período, ou seja, burguesia contra pequena burguesia (classes médias, massas urbanas e rurais), numa visão de luta de classes que, no momento da análise, encontra-se em estado de equilíbrio precário.

.....

Pela colocação de todos os elementos apontados, assim como por ter permitido a já comentada criação do tema e sua implantação, é constantemente sublinhado o pioneirismo dessa obra, assim como o bom nível de

sua interpretação, feita no calor da hora, o que mais uma vez desmente o dito “miopia dos contemporâneos”. Concordamos com esse pioneirismo, pois nos parece que todos os elementos de análise que surgirão nos trabalhos posteriores estão praticamente todos presentes nessa obra. É a partir de Santa Rosa que o tenentismo se impôs e são as interpretações a partir dele que tornam o “fato histórico” e o tema tenentismo cada vez mais marcante; seu uso posterior, portanto, é que marca a vitória dessa categoria ou conceito. É preciso que se pense como isso se deu. A memória histórica foi pelo caminho que ele traçou: pegou a categoria criada e sua interpretação como oposição explicativa, trabalhando sempre em cima disso; alguns conteúdos foram mudados, outros mais exaustivamente detalhados. Entre seus conteúdos mudados, por exemplo, sua conotação de uma burguesia única, à qual correspondesse uma noção de oligarquia (ou várias) defendendo interesses agrários e industriais complementares e não opostos. A oposição oligarquia versus tenentismo, vitoriosa como já apontamos, também é quase sempre destituída de seu significado mais abrangente de oposição de classes, expressando meramente uma evidente oposição política.

É realmente no calor da luta em que está engajado que o autor introduz na análise da sociedade brasileira o tenentismo como uma espécie de categoria que se propõe sociológica e que surge em oposição a uma outra, mais antiga nas análises, que é oligarquia. Sintetiza e formaliza, na apresentação do tenentismo, criações e interpretações de sua época.

Santa Rosa seleciona certas manifestações como expressão do tenentismo, permitindo uma generalização (que posteriormente se aguça ainda mais). Parece que para ele:

- os levantes militares de 22, 24 e 26;
- o exílio dos líderes revolucionários;
- a participação de muitos desses líderes na revolução de 30;
- sua decorrente participação nos governos dela resultantes, seja diretamente através de membros significativos (em São Paulo, no Nordeste...), seja através da pressão exercida pelo Clube Três de Outubro,

são ocorrências vistas como um todo único e significativo, cujos aspectos gerais são agrupados dentro da categoria tenentismo; para ele, as legiões, posteriormente incluídas nesse todo por muitas análises, dele não fazem parte.

O tenentismo como Santa Rosa, portanto, é instituído como algo que existiu e que precisa ser interpretado; as interpretações posteriores incorporam essa construção. Ao surgir como “fato histórico”, traz já implicitamente sua interpretação. A separação que existe para alguns, entre o “levantamento de um fato e sua posterior interpretação”, é algo inaceitável;

esse é um exemplo claro de como as duas coisas se imbricam e é impossível vê-las separadamente.⁽⁶⁷⁾

Os elementos lançados à baila das interpretações, junto com a criação e a primeira interpretação, aparecem constantemente nas obras posteriores, todas profundamente marcadas por Santa Rosa. São por ele influenciadas até mesmo obras que não tratam especificamente do tenentismo, mas tratam do período dito como tenentista, pois o tenentismo ao se impor como “fato histórico”, constitui uma “realidade” determinada e que compreende um período determinado. São por Santa Rosa também marcadas obras que tratam dos grandes temas correlatos ao tenentismo, ou seja, obras que tratam dos problemas das classes médias, do militarismo, do autoritarismo, do elitismo etc. . . .

Por todas essas colocações finais, essa análise é por nós encarada como a responsável pela criação do tema tenentismo e sua oposição às oligarquias, presenças até hoje tão marcantes em nossa historiografia.⁽⁶⁸⁾

Seria necessário, para um verdadeiro trabalho historiográfico em nível mais satisfatório, que fôssemos além desse simples início de contato com a obra. Uma análise de seus pressupostos teóricos deveria aprofundar, inicialmente, a indefinição que perpassa sua interpretação, oscilante entre a necessidade e a contingência do processo histórico; o uso que faz dos conceitos marxistas (como luta de classes, consciência de classe, formação econômico-social); suas próprias conceituações das classes que analisa, sua representação de classe por extração social, sua concepção do tenentismo como organização partidária, sua visão do urbano como elemento progressista e . . . enfim, suas menções à sociologia. Essa análise de pressupostos deveria vir acompanhada de uma análise das condições materiais e intelectuais de sua produção, numa localização do autor em seu contexto sócio-político. Somente um trabalho assim nos permitiria ir além de apenas detectar a criação ao levantar os comos e porquês do tema e sua interpretação.

.....

É interessante fazermos uma rápida comparação com uma outra obra igualmente clássica, também escrita em 1933, ou seja, no calor da hora:

(67) Para essa discussão, ver especialmente a parte I — O Império do fato: capítulo 2: Momento e drama da interpretação, da obra de Carlos A. Vesentini, *A Teia do fato*, já citada (pp. 80-173).

(68) Há uma ausência de qualquer menção à posição tomada por Luiz Carlos Prestes (aliás, a obra não faz menções pessoais); pela grande significação que teve para os “tenentes” essa atitude, talvez a reflexão sobre essa omissão pudesse levar a considerações interessantes.

A Verdade sobre a Revolução de Outubro, de Barbosa Lima Sobrinho. Pretende o autor, como Santa Rosa, fazer um relato neutro de uma testemunha “que acompanhou de perto os sucessos e conhece, também de perto, quase todos os seus atores”.⁽⁶⁹⁾

O autor vê a revolução de 30 como uma “guerra de Estados”,⁽⁷⁰⁾ uma cisão das oligarquias regionais causada pelo sentimento regionalista; não descarta a possibilidade de causas “verdadeiramente subterrâneas, de uma revolta extensa e profunda contra o regime da propriedade rural e opressão capitalista (...) agindo surdamente, como circunstância de ambiência, dada a feição pequeno-burguesa da revolução de 30”.⁽⁷¹⁾ Vê, portanto, uma surda luta de classes, mas conclui que como as classes não se diferenciaram por uma consciência nítida de seus interesses, os fatores econômicos não se fazem sentir com intensidade e a luta de classes não está nitidamente expressa na Revolução de 30. Não ignora outras explicações existentes, como a então corrente versão de luta entre o capitalismo inglês e o americano; vê, porém, “um pouco de fantasia nessas interpretações”.⁽⁷²⁾ Seu trabalho concentra-se sobretudo em expor todas as articulações políticas envolvendo os grandes personagens que participaram da sucessão de Washington Luiz e na trama da revolução de outubro, cujos detalhes nada têm a ver com o nosso objetivo central. Ao tratar, porém, do aspecto revolucionário da Aliança Liberal, não menciona jamais os tenentes, mas os “revolucionários”, os “elementos militares” da revolução. Os políticos da Aliança Liberal são os “oposicionistas” que vão fazer “meneios de sedução em torno dos militares exilados”,⁽⁷³⁾ chegando a realizar a “união entre aliancistas e revolucionários”. Aliás, ressalta o fato de a Aliança Liberal ter como plataforma a anistia a todos os rebeldes. Mostra muitos dos líderes aliancistas, como Antonio Carlos, João Pessoa, Artur Bernardes, Francisco Campos, como totalmente avessos aos entendimentos com os “revolucionários” e mesmo a qualquer idéia de revolução.

Ao comentar a adesão de Prestes ao marxismo, diz Barbosa Lima que os outros soldados da Coluna não apresentaram nenhuma vinculação às idéias marxistas e que se “alguns apresentavam tendências extremistas, devia-se ver que eram superficiais e inconsistentes com seus pendores libertários”.⁽⁷⁴⁾

(69) Ver: Barbosa Lima Sobrinho: *A verdade sobre a Revolução de Outubro*, São Paulo, Gráfico - Editora Unitas, 1933. As citações são feitas dessa 1.ª edição e essa citação é feita no prefácio.

(70) Barbosa Lima Sobrinho, op. cit., p. 268.

(71) *Ibidem*, *ibid.*, p. 269.

(72) *Ibidem*, *ibid.*, p. 269.

(73) *Ibidem*, *ibid.*, p. 136.

(74) *Ibidem*, *ibid.*, p. 137.

Essa obra, abordada de forma bastante sumária, no eixo que nos interessa, trata dos mesmos “fatos históricos” que Santa Rosa; omite, porém, o tenentismo como generalização e como tema. É uma obra que também marcou bastante a bibliografia posterior; parece-nos significativa e merecedora de atenção sua forma diversa de apresentar a sociedade da época.

2. A ACEITAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TEMA

Não é necessária, na retomada da trajetória do tema, uma recuperação de todo seu percurso desde 1933; não faz sentido uma recuperação da contribuição das obras em sua linearidade cronológica; a seqüência cronológica em si mesma nada diz e só teria sentido se aceitássemos uma evolução linear do progresso científico; se se aceita a dependência do conhecimento histórico, como aliás, de toda outra forma de conhecimento, da dinâmica social do momento de sua produção, uma visão do conhecimento histórico como algo necessária e continuamente cumulativo é impossível.

Procurando apontar algumas obras mais significativas, escolhemos trabalhos que mostram uma aceitação do tema e dos elementos de interpretação de “O Sentido do Tenentismo”. Esses trabalhos usam, em sua maior parte, os elementos interpretativos apontados por Santa Rosa, variando a ênfase a eles dada. Na esteira de Santa Rosa, procuram distinguir, entre as diversas, quais seriam as verdadeiras manifestações tenentistas. Na maioria das vezes, somente elaboram mais a análise iniciada e dificilmente contrariam a oposição explicativa oligarquia versus tenentismo.

Um exemplo muito interessante são os trabalhos da socióloga Maria Cecília S. Forjaz.⁽⁷⁵⁾ Praticamente cinqüenta anos depois, encontra-se a produção de uma análise que consideramos bem próxima à de Santa Rosa, embora ampliada com o desenvolvimento de outros aspectos, a partir de certas mudanças que a interpretação do tema sofreu, devido, em boa parte, à já citada revisão historiográfica de Boris Fausto. Sua tese de doutoramento — no campo da sociologia, como também aquele em que foi proposto o tema e uma espécie de culminância de suas pesquisas anteriores

(75) Os trabalhos da autora sobre o tenentismo são: Maria C. S. Forjaz: *Tenentismo e Política*, RJ, Ed. Paz e Terra, 1977; *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, SP, Editora Polis, 1978; *Tenentismo e Forças Armadas na revolução de 1930*, tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da U.S.P., 182 (mimeo).

sobre o tema — define o tenentismo como um movimento civil-militar específico numa conjuntura particular — é o ciclo revolucionário tenentista — e se preocupa em situá-lo no processo histórico mais amplo que dá sentido à atuação tenentista; analisa as grandes tendências do desenvolvimento capitalista tardio no Brasil, numa interpretação globalizante de seu desenvolvimento.

Sua periodização do tenentismo vai de 1922 a 1932 pois, para ela, a revolução constitucionalista significa a exclusão político-militar do tenentismo. A autora não vê uma unidade no movimento antes de 1930, a não ser em torno da figura de Luiz Carlos Prestes; essa unidade é rompida com a deserção do líder, por ocasião de sua adesão ao marxismo e é reencontrada somente sob a égide do Clube Três de Outubro, durante aproximadamente um ano (1931-1932).

Para M. Cecília Forjaz, o verdadeiro discurso tenentista, depois de 1930, é o discurso do Clube Três de Outubro. Não vê como manifestações tenentistas movimentos como as legiões revolucionárias: elas tentaram mobilizar massas, enquanto o discurso tenentista é eminentemente elitista; a revolução é a tarefa de uma vanguarda militar, é quase que uma missão técnica de revolucionários profissionais.

Vê como claro, no discurso do Clube, o abandono dos ideais vagamente liberais do tenentismo dos anos vinte, o qual, nos anos trinta, apresenta um projeto econômico-social bastante elaborado, visando radicais transformações. Após a revolução de 32, o tenentismo abandona o Clube e este, aberto à entrada de inúmeros sócios, descaracteriza-se.

O fim do tenentismo parece ser devido a uma dupla causalidade: pela constante luta contra as oligarquias em geral e a oligarquia paulista em particular;⁽⁷⁶⁾ e pela ação de Góes Monteiro. Este general, em sua tentativa de organização e disciplinamento do Exército, implanta uma nova política que vai imperar nessa instituição na década de trinta, a qual é também responsável pelo desaparecimento do tenentismo.⁽⁷⁷⁾ A autora vê essa derrota como a “eliminação de um dos múltiplos projetos sociais en-

(76) A autora precisa o conceito de oligarquia, em sua tese de doutoramento, p. 115: a oligarquia paulista são as elites paulistas, em seus diferentes segmentos (cafeicultores, industriais, burguesia comercial e financeira); vê oligarquias dissidentes, resistentes ao ascenso da oligarquia paulista na década de vinte, os “grupos oligárquicos regionais”, dividindo-os em “oligarquias fortes” (a gaúcha, a mineira, a baiana, a pernambucana e a fluminense) e “oligarquias fracas” (as dos outros Estados).

(77) Embora acentue claramente sua periodização final do tenentismo em 1932, a autora, em um trecho incidental, coloca o tenentismo como “o maior inimigo da oligarquia” no período 30-34, *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, p. 117.

gendrados pela Revolução de 30: o projeto social dos setores médios tradicionais".⁽⁷⁸⁾

Ao comentar as obras anteriores, classifica-as em dois grandes grupos, segundo o que chama de "polarização da interpretação classista versus a interpretação organizacional"; situa essas duas formas de interpretar o tenentismo no domínio mais amplo do pensamento histórico e social brasileiro.

O primeiro grupo, que analisa o tenentismo como "a expressão política das classes médias urbanas", é inserido numa visão em que se discute a Revolução de 30 como a realização da chamada Revolução Burguesa no Brasil, e que predomina nos anos cinqüenta-sessenta; a matriz dessa interpretação é a obra de Santa Rosa e os outros estudiosos colocados no grupo são Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme dos Santos, Edgar Carone.⁽⁷⁹⁾

A partir da década de sessenta, segundo a autora, dá-se uma revisão na análise do desenvolvimento social, econômico e político brasileiro: faz-se a crítica da idéia de Revolução Burguesa no Brasil e surge uma visão do desenvolvimento capitalista brasileiro na qual o Estado é visto como o maior agente histórico e a sociedade civil é considerada como fraca. Nessa revisão se inclui uma revisão do tenentismo, que deixa de ser visualizado como a vanguarda política da classe média e passa a ser visto como um movimento militar de um setor de um aparelho de Estado, as Forças Armadas. Não mais se destaca, portanto, uma determinação de classe, mas a função em um aparelho de Estado; o fato de os tenentes serem participantes do Exército faz com que este, como instituição, ressocialize seus membros, pois as Forças Armadas possuem certa autonomia em relação à sociedade civil. Nesse segundo grupo, a autora coloca Boris Fausto, Décio Saes, e com ressalvas, Edmundo de Campos Coelho e José Murilo de Carvalho.

Ela mesma pretende ir além dessa polaridade em sua própria interpretação. Destaca, como eixo central de sua interpretação, a necessidade

(78) Nessa afirmação a autora parece estar respondendo à atual preocupação de alguns pensadores e historiadores com as diferentes possibilidades históricas ou as "propostas" dos "vencidos". Tal preocupação, se colocada fora de seus pressupostos teórico-metodológicos, corre o risco de se tornar mais um modismo, perdendo-se a sua real e importante contribuição. As reflexões em torno dessa preocupação têm múltiplas raízes e têm sido trabalhadas em diferentes abordagens, tanto por Walter Benjamin, Michel Foucault, Claude Lefort, quanto por Eric Hobsbawm e Edward Thompson. Entre nós, muitos autores trabalham ultimamente na direção dessa preocupação; entre eles, os já citados neste artigo: Marilena Chauí, Edgar de Decca, Carlos A. Vesentini, Adalberto Marson e Kazumi Munakata.

(79) Em seu primeiro trabalho já citado, a autora incluía também nesse grupo, Octávio Ianni e Francisco Weffort, provavelmente influenciada pela obra de Boris Fausto.

de se analisar as duas dimensões do tenentismo, a de classe e a institucional ou organizacional. O aspecto classista é dado pela associação às camadas médias urbanas; sua inserção no aparelho de Estado é o aspecto institucional. Para ela, em relação ao aspecto classista, os tenentes representam as camadas médias urbanas; pelo tenentismo (assim como pelo integralismo e pelo aliancismo) essas camadas adquirem um relativo grau de autonomia política, tanto em relação às classes dominantes quanto às subordinadas, embora sejam estas (e não as classes médias) os atores políticos principais. As classes médias urbanas participam dos aparelhos do Estado como militares, burocratas e intelectuais. O papel do aspecto propriamente de função militar é desenvolvido sobretudo num estudo detalhado das relações entre o Clube Três de Outubro e o Exército.

M. Cecília S. Forjaz fundamentou sua análise no estudo de inúmeras obras (que estudam tanto um “processo histórico brasileiro” em geral quanto o tenentismo em particular), em entrevista com ex-tenentes, em documentos do Clube Três de Outubro e em documentos de Arquivos Particulares do CPDoc.

É preciso deixar claro (nessa breve tentativa de resumo de uma obra extensa, num exemplo rico e bem elaborado do que pretendemos mostrar), como a socióloga parte de uma aceitação *a priori* do tenentismo como tema de análise já dado. Sem se preocupar em rever a memória do tema — pois trabalha a partir de outros pressupostos de procedimento histórico que não os nossos — ela vai aprimorar as interpretações anteriores, preocupando-se em definir e periodizar o tenentismo, sofisticando sua análise sobretudo ao acrescentar elementos, numa cuidadosa ênfase à sua dupla dimensão estrutural.

Um segundo exemplo interessante pode ser encontrado num conjunto de artigos produzidos por brasilianistas a partir da década de sessenta e há poucos anos publicados em português.⁽⁸⁰⁾ Ao aceitarem implicitamente o tema, sem o menor questionamento, os autores mostram também, de um modo geral, uma aceitação de elementos explicativos que fazem parte da chamada dupla dimensão do tenentismo, sem preocupações teóricas.

John D. Wirth vê os tenentes como os “radicais da classe média em uniforme”. Rememora o fato de que eram chamados de “revolucionários

(80) Os artigos foram reunidos na seguinte edição brasileira: Euclides de L. Figueiredo: *Os Militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Esse livro consta de seis artigos, mas são quatro deles que nos interessam: dois datam de 1965, tratam do tenentismo de uma forma genérica: John D. Wirth, “O tenentismo na Revolução de 30” e Robert Alexander: “O movimento tenentista”. Dois outros enfocam especificamente algumas manifestações tenentistas: Michael L. Conniff: “Os tenentes no poder: uma nova perspectiva na Revolução de 30” (que trata do Clube Três de Outubro) e Peter Flynn: “A Legião Revolucionária e a Revolução de 30” (que trata das Legiões Revolucionárias em geral e da mineira em particular).

históricos”; define o tenentismo como o “movimento radical dos jovens oficiais do Exército e políticos”; trata por tenentismo o movimento e sua doutrina. Robert Alexander tenta aproximar o tenentismo dos partidos nacionalistas radicais e reformistas da América Latina (dos quais o mais famoso para ele é o Movimento Aprista no Peru), embora reconheça que o tenentismo não chega a se constituir num partido político. Destaca tanto a dimensão institucional do movimento como sua dimensão de canal de expressão da classe média. Percebe-se uma maior ênfase no aspecto militar; denuncia a presença, hoje em dia, do que chama de “tenentismo pervertido” no Exército brasileiro.⁽⁸¹⁾ Sua ênfase vem associada a uma visão de continuidade do tenentismo, à sua aproximação ao militarismo, pois estende sua periodização ao longo do processo histórico brasileiro.

Dois outros artigos trazem uma preocupação com o conhecimento de duas das chamadas manifestações tenentistas, o Clube Três de Outubro e as Legiões Revolucionárias. Ao não questionarem o surgimento do tema, partem de uma generalização ampla (do gênero da estabelecida por Santa Rosa) e falam da necessidade de se esclarecer mais a fundo suas manifestações, mostrando estranheza por terem elas sido deixadas de lado pelos estudiosos da Revolução de 30.

Numa produção vinda de um meio e de tendências que nos parecem diversas da socióloga M. Cecília S. Forjaz, não podemos deixar de alinhar paralelamente seus trabalhos, em sua forma comum de aceitação do tema e em seus elementos de interpretação.

Um terceiro exemplo interessante é o de uma entrevista do historiador Nelson Werneck Sodré.⁽⁸²⁾ Sua posição na entrevista fica ainda mais definida se se lembra o fato de o mesmo historiador ter prefaciado a primeira reedição, em 1963, da obra de Santa Rosa, a qual (por que será?) não fora reeditada desde 1933.⁽⁸³⁾

(81) Este tenentismo pervertido é uma tendência que, diz o autor, aparece em dois grupos, que são os “nacionalistas extremados” e os “simpáticos ao Partido Comunista”.

(82) Nelson W. Sodré: “O tenentismo e a classe média” in *Cadernos de Debate-1*, História do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976, pp. 51-55. Sodré é autor de uma obra muito vasta; estamos aqui usando somente uma entrevista sua e o fazemos por ser uma de suas mais recentes colocações e quando é perguntado justamente sobre o tema.

(83) Essa segunda edição prefaciada por N.W. Sodré faz parte de uma coleção intitulada “Cadernos do Povo”; sua contracapa a destina a “todos os brasileiros que desejam participar conscientemente do movimento cada vez mais pujante e positivo que objetiva promover transformações radicais na crônica e injusta estrutura sócio-econômica (. . .) que acima de posições ideológicas e partidárias lutam pela emancipação do Brasil contra o imperialismo internacional e seus agentes internos”. A coleção tem outros títulos como: *Que são as ligas Camponesas*, por Francisco Julião, *O que é Reforma Agrária*, por Paulo R. Schilling, *Qual a política externa conveniente ao Brasil?* por Varimeh Chacon etc. . .

O autor ressalta sobretudo o tenentismo em seu chamado aspecto classista, não como “expressão da totalidade do comportamento da pequena burguesia, mas um movimento que dá expressão às frações mais ativas dessa classe, àquelas que têm participação política”. Vê a pequena burguesia “uma classe heterogênea, composta de camadas diferentes”, como que oscilando entre os projetos das classes fundamentais (burguesia e proletariado), embora seja muito importante seu papel no que (faz ele uma ressalva) se convencionou chamar de “revolução brasileira”.

Para ele, a essência do tenentismo consistiu no seu papel ligado a esse processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária, ou seja, “uma radicalização das próprias posições burguesas”.

Mas o autor também destaca o elemento militar do tenentismo, pois acha que no Brasil o militar é a “força parteira” de nossa História, a qual sempre se faz presente em suas crises. Aceita, portanto, uma importância das duas dimensões destacadas como fundamentais e que, conforme colocamos, nas quais também Santa Rosa havia tocado.

Ao fazer uma periodização do tenentismo, mostra-o indo de uma visão militar para uma visão política. Vê três fases: a primeira, a partir de 1922, é especificamente militar e refratária a ligações políticas; a segunda, intermediária, em que os tenentes se associam a lutas políticas internas, sobretudo no Rio Grande do Sul; a terceira, afinal, quando se associam às forças políticas.

Nelson W. Sodré acha que o tenentismo se esfacelou justamente pela “vitória” de suas reivindicações pequeno-burguesas, incorporadas por novas forças ligadas à pequena burguesia, decorrência da vitória da Revolução de 30; o tenentismo morreu em 1935 de “morte morrida”, esgotado, por que impossibilitado de concretizar as radicais reformas que propunha. Para o autor, aí termina seu papel histórico.

N. W. Sodré, em uma análise que se vê como marxista, como os demais autores de diferentes posicionamentos teóricos, é mais um dos responsáveis pela aceitação do tema; sua entrevista parece confirmar, 43 anos depois de Santa Rosa, o que pode ser visto como o “encruamento” do tema. O autor não se refere às “oligarquias”, embora expressamente perguntado sobre elas.

Os três exemplos levantados, provenientes de diferentes origens, foram escolhidos entre várias análises estudadas por representarem bem a geral e pacífica aceitação do tema até os nossos dias, bem como a incorporação dos elementos de análise e interpretação levantados por Santa Rosa. Em nenhuma dessas obras, conforme mostramos, há uma preocupação com a memória do tema e é devido a isso que, acreditamos, não avancem substancialmente na análise. É obvio que, devido às disparidades do tipo de exemplos levantados (teses, artigos, entrevistas...) o grau de complexidade

e elaboração dessas análises varia enormemente; mas, do ponto de vista dos avanços que colocamos como essenciais, talvez não seja ousadia afirmar que os resultados das colocações todas nos parecem, no limite, substancialmente os mesmos.

Uma exceção interessante quanto à herança de Santa Rosa é a definição do tenentismo feita pelo cientista político José Murilo de Carvalho. Ao estudar as Forças Armadas na Primeira República,⁽⁸⁴⁾ destaca o envolvimento dos “jovens” militares pela importância dos “fatores organizacionais”. Para ele, o tenentismo expressa a ideologia da intervenção, a “doutrina do soldado-cidadão” ou “intervenção reformista”. Ele aceita dois tipos de intervenção: um primeiro tenentismo de 1889 a 1904, e um segundo de 1922 a 1930.⁽⁸⁵⁾ Enfatiza, portanto, praticamente só os “fatores organizacionais” como mais importantes “para a análise política do comportamento militar”.⁽⁸⁶⁾

A relação do tenentismo com as classes não aparece, pois o autor apresenta uma interpretação de “fraqueza da sociedade civil”; a menção ao elemento classista aparece de uma forma tão difusa e leve que não pode ser considerado como um elemento explicativo. Afirma o autor que os tenentes “aos poucos desenvolveram reivindicações que atendiam aos interesses de forças novas surgidas na sociedade”, pois, “as ambigüidades do desenvolvimento de uma sociedade de mercado no Brasil, com a conseqüente indecisão no comportamento político de grupos ou classes envolvidos como que favoreceram, e talvez ainda favoreçam, o impacto de fatores organizacionais no que diz respeito ao papel político das Forças Armadas”.⁽⁸⁷⁾

Embora o autor, conforme já observa M. Cecília S. Forjaz, ponha ênfase total na explicação do tema numa polarização da interpretação organizacional, uma sociedade de classes está presente, em suas colocações, como pano de fundo que favorece o destaque dado ao outro elemento de interpretação.

O autor se propõe a análise das Forças Armadas até 1930: seu chamado segundo tenentismo termina aí. Não sabemos se viria um terceiro ou quarto tenentismo, caso sua análise se prolongasse por períodos posteriores;⁽⁸⁸⁾ talvez o fizesse, pois seu trabalho nos mostra o tenentismo tratado

(84) José M. de Carvalho, “Forças Armadas na Primeira República: O Poder Destabilizador” in *História Geral da Civilização Brasileira*, III, O Brasil Republicano 2 - Sociedade e Instituições (1889-1930), São Paulo, Difel, 1977.

(85) Logo no início do artigo, o autor se declara contra “autores (...) que consideram as Forças Armadas como simples representantes de determinados grupos sociais”, citando expressamente Santiago Dantas e Nelson Werneck Sodré. (op. cit. p. 183).

(86) *Ibidem*, *ibid.*, p. 233.

(87) *Ibidem*, *ibid.*, p. 234.

(88) Temos conhecimento de um novo trabalho seu que cobre o período de 30 a 45, mas ainda não o consultamos.

de uma forma menos definida, mais próximo ao tema do militarismo em seu sentido amplo, do comportamento militar, institucional; isso, de uma forma mais ligeira, também perpassa, conforme colocamos, o artigo de Robert Alexander. Talvez possamos aproximar essa visão da influência de estudos de sociólogos norte-americanos na década de 60, como John J. Johnson e Irving L. Horowitz, preocupados com a análise da importância dos militares na América Latina.⁽⁸⁹⁾ Mas seu estudo, terminando aonde termina, coloca como objeto de análise um tenentismo que certamente não parece ser o mesmo tenentismo definido como objeto de estudo por Santa Rosa e pelos outros exemplos lembrados.

3. ALGUNS ALERTAS PARA UM REPENSAR DO TEMA

Entre a bibliografia conhecida, consideramos como alertas em direção a um repensar do tema algumas colocações feitas por diferentes estudiosos, quase todas elas involuntárias.

Um primeiro grupo de colocações são aquelas em que se ignora ou se desacredita o tema do "tenentismo". Nesse primeiro grupo, em primeiro lugar, vamos destacar a reflexão feita, em nível de depoimento mais do que análise, por um dos mais famosos líderes tenentistas, O. Cordeiro de Farias; essa reflexão se encontra em uma entrevista concedida bastante após o calor da hora,⁽⁹⁰⁾ cinquenta anos depois (quando, de "tenente", ele já passara a marechal!), após ter tido uma participação política atuante e bastante próxima dos grupos no poder, durante esse meio século.

É uma entrevista que desperta a atenção pelo seu título, dado pelo entrevistador e organizador da coletânea de depoimentos e que procura sublinhar a reflexão que lhe parece como a mais interessante de Cordeiro de Farias. Como o depoimento é extenso, tratando de uma longa vida de atividades políticas é curioso que o organizador destaque justamente o período "tenentista", quando Cordeiro é um personagem envolvido em tantos outros acontecimentos significativos. O título é: "O tenentismo é mais fantasia do que realidade".

(89) Ver: John J. Johnson: *The Military and Society in Latin America*, Stamford, Stamford University Press, 1964; Irving L. Horowitz: "Los militares de América Latina" in S.M. Lipset y A. E. Solari: *Elites y desarrollo en América Latina*, Buenos Aires, Paidós, 1967.

(90) Lourenço D. Motta: "A História Viva" (I), *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1981, pp. 59-98.

Ao lhe ser pedida uma interpretação do tenentismo, responde Cordeiro de Farias:

“Houve muita agitação em torno do tenentismo, que não tem a significação que lhe dão. O tenentismo, de uma forma geral, é uma coisa mais da fantasia do que de realidade. A menos que consideremos tenentismo a reunião dos tenentes das épocas anteriores a 30, incluindo os elementos que tomaram atitudes políticas de 22 até a Coluna Prestes. Mas não existia, mesmo nesse caso, nenhuma base de união. Grande parte de nossos companheiros não conhecia determinados grupos que podiam ser intitulados de tenentistas.”

Acha que o tenentismo “teve grande importância no Nordeste” mas, mesmo as organizações formadas “para discussão de problemas”, como o Clube Três de Outubro, “nunca pesaram como grupo para coisa nenhuma, pois não existia ideologia ou programa”.⁽⁹¹⁾

Muito nos intriga essa colocação de um ex-líder tenentista, elemento que participou do momento histórico, como Santa Rosa e que, cinquenta anos depois, dá uma interpretação tão diferente da visão contemporânea (e bastante engajada) de Santa Rosa; as colocações feitas parecem querer explicitamente desmoralizar o tema ou tirar sua relevância. Os motivos para essa atitude podem estar situados sobretudo no momento atual da entrevista, mas só uma análise mais cuidadosa poderia delinear alguma conclusão; porém, guardando-se as devidas proporções de uma simples reflexão em meio a uma extensa entrevista, consideraremos significativas suas colocações.

De forma semelhante, é curiosa a análise feita por Leôncio Basbaun, outro elemento participante e analista de nossa vida política nas últimas décadas. Seu posicionamento político é frontalmente diverso ao de Cordeiro de Farias, pois teve participação nos quadros dirigentes do Partido Comunista Brasileiro desde a década de vinte.

Este autor, partindo, portanto, de premissas político-ideológicas opostas a Cordeiro de Farias, nos encaminha no mesmo sentido, pois praticamente não discute, em sua visão de nossa história republicana, o tema tenentismo;⁽⁹²⁾ quase não fala no tema, e quando o faz, é em relação aos tenentes depois de 1930. Refere-se à “ausência de um mínimo de unidade ideológica”; o que realmente tinha unidade, em sua opinião, era o “anticomunismo dos chefes da Coluna (Comandantes de destacamento) e claras tendências para o fascismo, o que se revelou abertamente no tenentismo

(91) *Ibidem*, *ibid.*, p. 78

(92) Ver Leôncio Basbaun. *História Sincera da República*, op. cit.

de após 1930”.⁽⁹³⁾ Coloca o tenentismo em destaque (em itálico, como faz por várias vezes com outros termos que quer destacar no texto, como, por exemplo, “prestismo”).

Embora não fale quase em tenentismo, fala bastante nos tenentes, em uma “nova corrente política” que, em seu início, anteriormente a 1930, se centra em Luiz Carlos Prestes, o líder do “prestismo”; analisa sua figura como um membro das camadas-médias urbanas.

Depois de 1930, vê que “os tenentes, com farda ou sem ela, representam duas grandes forças reunidas: a militar e a demagógica”.⁽⁹⁴⁾ Destaca, numa visão hostil aos tenentes, seus aspectos anticomunistas e fascistas. Trata, de forma leve e indireta, da oposição dos tenentes aos políticos oligárquicos.

Essa análise, feita na década de sessenta, não parece considerar o tenentismo como um tema que mereça discussão, embora discuta as ações dos tenentes, de forma semelhante às análises já comentadas. Pela participação política do autor, por sua posição como historiador que se propõe “marxista ortodoxo”, é instigante sua falta de interesse em discutir o tema, assim como é bastante interessante sua visão dos tenentes sobretudo como anticomunistas.

O descrédito ao tema também se faz presente, de leve, na obra de Pedro Calmon. Ao comentar a “Nova República”, instalada depois de 1930, destaca:

“um grupo de jovens triunfadores (...) passou à História com o apelido impróprio de ‘tenentismo’: porque nele se amalgamavam os intransigentes do movimento, tanto a oficialidade moça, que o preconizara em 1922 e o desfechara em 1930, como os correigionários civis, credores da fidelidade que lhes devia o Governo.”⁽⁹⁵⁾

Assim, o autor parece querer destacar mais o aspecto do radicalismo dos “tenentes” e seus associados civis, do que seu aspecto militar, o que o leva a questionar o termo tenentismo e sua conotação.

Um segundo grupo é formado pelas obras mais recentes de historiadores brasileiros que, ao se ocuparem de nossa vida republicana, partem de uma aceitação do tenentismo como um tema de análise; mas, ao investigarem empiricamente o que teria sido esse tenentismo, percebem a necessidade de tratá-lo de forma mais cuidadosa, questionando, portanto, mesmo

(93) *Ibidem*, *ibid.*, vol. 2, p. 235.

(94) *Ibidem*, *ibid.*, vol. 3, p. 19.

(95) Pedro Calmon: *História do Brasil*, vol. 6, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, p. 2219.

que de forma involuntária, a sua generalização como “fato histórico” e sua colocação como uma categoria ou conceito único.

Nesse grupo um primeiro exemplo importante é o conjunto de obras de Boris Fausto, a partir de sua já citada versão historiográfica da Revolução de 30.⁽⁹⁶⁾ Em sua obra de revisão, o autor trata dos tenentes e do tenentismo muito cautelosamente, indicando já assim problemas no emprego de certos conceitos ou categorias. Apesar de um aparente endosso ao tema, preocupa-se em redefinir o tenentismo: admite um “movimento tenentista”, visto como “corrente militar” e “movimento autônomo”, portanto, como algo colocado historicamente (e que desaparece em 1934, como explícita em outra obra). Não aceita a interpretação do tema como foi feita até então, ou seja, como expressão de classes médias; coloca essa forma de interpretação dentro de interpretações amplas de caracterização da sociedade brasileira e da revolução de 30 como uma revolução das classes médias. A interpretação tenentismo como simples expressão de classe média parece-lhe inaceitável; o tenentismo colocando-se como vanguarda dessa classe não é algo tão simples assim. Aceita que nos primeiros movimentos militares os “tenentes” (aspas do autor, constantes nessa primeira obra), se identificam como “os responsáveis pela salvação nacional”, sem uma real articulação com os civis, havendo mesmo uma prevenção dos políticos contra eles; há uma “ampla simpatia popular” demonstrada pelas “populações urbanas” em relação aos “tenentes”.⁽⁹⁷⁾

Parece-lhe impossível se reduzir o Exército a uma expressão de classe média, pela própria complexidade da conceituação dessa classe na década de vinte, assim como pelo problema da heterogeneidade de sua representação política, decorrente da própria heterogeneidade da categoria social; seu ascenso ao poder se dará através da burocracia estatal e das Forças Armadas.

Alerta para a diferença entre o tenentismo antes e depois de 30; o primeiro é um movimento de rebeldia, representativo de uma porção social maior, que ele chama de “braço armado da dissidência civil”; apesar de sua recusa à interpretação inicial (e até então predominantemente única) do tenentismo, aproxima o “inconformismo das classes médias” das “revoltas tenentistas”. Acentua sua “indefinição ideológica” e seu ataque às oligarquias, traço mais marcante nessa indefinição. Após 30, com os “tenentes” no Governo, acha possível se falar de um certo tipo de representação de classe, mas que não chega a se concretizar, pelo fato de o “grupo contra-

(96) Além da já citada obra referimo-nos a duas outras: “Pequenos Ensaios da história da República”, *Cadernos do Cebrap*, São Paulo, Brasiliense, 1972 e “A crise dos anos vinte e a Revolução de 30” in *História Geral da Civilização Brasileira III*, Brasil Republicano: Sociedade e Instituições”, vol. 2, n.º 9, São Paulo, Difel, 1977.

(97) Boris Fausto, *A Revolução de 30*, pp. 61-62.

ditório” que são os tenentes, não ter consistência, estando divididos em experiências regionais. “O exemplo mais expressivo da inarticulação tenentista e de falta de coerência entre seus próprios quadros”⁽⁹⁸⁾ é a atuação de Miguel Costa e de João Alberto em São Paulo.⁽⁹⁹⁾

O tenentismo vai desaparecer por “um processo de corrosão que o ataca por todos os lados”, ou seja, a pressão das oligarquias regionais quando tenta “impor-se como movimento autônomo”; para ele o Clube Três de Outubro é o “principal núcleo organizatório” do tenentismo, e suas reformas são propostas pequeno-burguesas.⁽¹⁰⁰⁾

Ao estudar a crise dos anos vinte, destaca os tenentes como movidos sobretudo por sua origem militar; mostra-os como o “setor militar mais dinâmico” da Revolução de 30, embora os veja como, a rigor, fora do aparelho militar. Em sua conclusão final, ao comentar a disputa das classes dominantes em nível regional, a heterogeneidade da classe média e a passividade da massa rural, coloca o Exército como constituindo o elo mais fraco do sistema, e, dentro deles os tenentes.

Pela sua não-aceitação do tenentismo como a mera “vanguarda da classe média” e sobretudo por sua conclusão final é que o autor é colocado por Maria C. S. Forjaz no grupo que polariza a interpretação do tenentismo em função de sua situação organizacional ou institucional, ou seja, como parte do aparelho de Estado que são as Forças Armadas.

Mas, ao tratar desse aspecto e mesmo de destacá-lo fundamentalmente, não me parece que ele não trate de outro componente estrutural apontado por Forjaz. Em obras posteriores (1972/1977) o autor faz questão de ressaltar que “a análise do tenentismo não pode ser reduzida a explicações unilaterais, reduzindo o grupo funcional a uma classe social (tenentes e classe média) ou atribuindo ao grupo total autonomia no conjunto da sociedade”.⁽¹⁰¹⁾

O autor destaca, no período anterior a 30, um embrião de uma posterior divisão do tenentismo, assinalando uma posição mais conservadora (Juarez Távora) e outra com um “programa vagamente popular-nacionalista” (Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos, Miguel Costa); com isso,

(98) Ibidem, ibid., p. 71.

(99) O autor estuda esse momento mais detalhadamente em *Pequenos Ensaios da República*.

(100) Ver *A Revolução de 30*, p. 78: “Todas estas formulações, são na realidade, uma antecipação ao desenvolvimento pequeno-burguês dos anos cinqüenta, vinculadas aos grupos técnicos das classes médias (onde, de resto, se incluem alguns antigos ‘tenentes’ responsáveis pelo que um autor chamou de primeiro momento do processo de industrialização”.

(101) É interessante notar que a primeira obra de M. Cecília S. Forjaz que trata da visão de Boris Fausto sobre o tenentismo é de 1977; é também de 1977 essa última consideração dele. Ver *A Crise dos anos vinte...* op. cit., p. 410.

parece querer se referir a uma mencionada “relativa homogeneidade” do movimento antes de 1930.

Embora aceite a generalização (repensada) e o tema “tenentismo”, pelo seu esforço de revisão historiográfica, pelos seus exames de conjuntura, Boris Fausto inicia e dá dados para uma revisão do tema; a oposição desse tenentismo às oligarquias é uma constante em suas obras; essa oposição é colocada numa visão de confronto de classes em nível regional.

Um segundo exemplo é o conjunto de obras de Edgar Carone, autor do maior número de pesquisas publicadas sobre o período.⁽¹⁰²⁾

Em suas obras, por muitas vezes aborda o tema, sendo este mesmo objeto de um volume especial. Procura sempre mostrar dificuldade em se ver o tenentismo de uma forma única, chegando a dizer, no início de seu trabalho específico sobre o tema: “Não existe tenentismo, mas tenentismos”.⁽¹⁰³⁾

E. Carone dá muitos dados para que se tentem explicações mais satisfatórias, embora ele mesmo pareça ficar indeciso ou meio perdido entre todos esses dados, e interpretações por vezes não muito amarradas. Perpassa todas suas obras a interpretação do tenentismo como um fenômeno de classe, associado à pequena burguesia ou classe média; vê uma falta de unidade ideológica, mas fala em sua conotação “centrista”, nas duas diferentes fases em que divide o tenentismo (antes e depois de 30).

Além da ênfase no aspecto de classe, trata bastante do que se pode chamar de aspectos especificamente militares do tenentismo, sem maiores colocações teóricas e de forma meio indefinida. Para ele, os tenentes são parte do Exército, mas menciona bastante suas relações com o que chama de “Exército hierárquico”.⁽¹⁰⁴⁾ É curioso como, ao falar da atuação de Góes Monteiro, o vê como tendo uma fase “nitidamente tenentista” entre fases “hierárquicas”.⁽¹⁰⁵⁾ O tenentismo para ele é a “geração revolucionária”, a “baixa oficialidade” . . .

(102) Ver Edgar Carone: *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. São Paulo, 1965; *A República Velha: I Instituições e Classes Sociais*, S. Paulo, Difel, 1975; *O Tenentismo: Acontecimentos, personagens, programas*, São Paulo, Difel, 1975; *A República Nova (1930-1937)* São Paulo, Difel, 1978.

(103) Edgar Carone, *O Tenentismo*, p. 13.

(104) Ver os seguintes trechos: *A República Nova*, p. 28: “A verdade é que, além dos militares, os tenentes pretendem que Getúlio torne-se governo de fato”, p. 323: “Entre certas alas de militares golpistas-tenentistas e oficiais do Exército nasce cedo a idéia de crítica à Assembléia Nacional Constituinte”, p. 331: “No entanto, desde 1930 se assinalam atos de insubordinação, que partem do próprio Exército como um todo-tenentismo e hierárquico”.

(105) Ver: *A República Nova*, p. 394; ao falar da unificação do Exército, diz: “A superação dos conflitos entre escalões militares permite ofensiva dos grupos vitoriosos. Uma das correntes dominantes é a do Gal. Góes Monteiro: até 1930 ele é um oficial não político e legalista (hierárquico); de 1930 a 1933, é representante típico do tenentismo; a partir de então, lidera a corrente representada pela alta oficialidade”.

Mostra, em especial, uma dificuldade em se ver um só tenentismo após 30, pois a partir de então, o

“conceito de ‘tenentismo’ torna-se vago e abstrato, englobando centristas e conservadores — revolucionários do Exército e oligárquicos — liberais e esquerdizantes (...) e estes grupos são chamados indistintamente de ‘tenentes’ ‘tenentistas’ ‘revolucionários’ etc.”.⁽¹⁰⁶⁾

O autor mostra que “a política tenentista é um contínuo namoro com as facções oligárquicas ou, em último caso, com o proletariado”.⁽¹⁰⁷⁾ Sua abrangência na definição de tenentismo permite essa colocação; entretanto, perpassam suas explicações a costumeira oposição explicativa oligarquia versus tenentismo, o que parece descaracterizar a afirmação sobre o “namoro” entre os grupos e que nos parece muito pertinente.

Essa união ou namoro do tenentismo com a oligarquia é apontada especialmente no âmbito federal (concretizada nas ações de um Oswaldo Aranha, um Virgílio Mello Franco e mesmo de um Góes Monteiro...). No famoso caso de São Paulo essa união se inicia, mas é pouco duradoura e o que domina é uma oposição em todos os Estados. Essa luta termina porém, após 1935: “a ação anticomunista e liberal leva a uma união de forças que engloba grupos da oligarquia até o tenentismo de tendência política”.⁽¹⁰⁸⁾

Parece-nos, portanto, que esse historiador, ao trabalhar bastante com textos documentais, ao examinar a trajetória dos tenentes, apercebe-se das complexidades da generalização que foi feita com o “tenentismo” e da necessidade de seu redimensionamento.

Uma advertência isolada mais consciente e voluntária nos vem de Paulo Sérgio Pinheiro, em uma entrevista não específica sobre o tema, em que lança uma interessante sugestão de pesquisa: que se saia das discussões “muito atadas ao discurso tenentista”, e se procure “tentar reconstituir o mais completamente possível o que foi a prática política dos tenentes enquanto no poder”.⁽¹⁰⁹⁾ Embora aceitando o tema em sua obra⁽¹¹⁰⁾ sente suas imprecisões e sugere caminhos de pesquisa pouco explorados que são indispensáveis para se rever o tema.

(106) Edgar Carone, *A República Nova*, p. 388.

(107) Idem, *O Tenentismo*, p. 13.

(108) Idem, *A República Nova*, p. 346.

(109) Ver Paulo S. Pinheiro: “Trabalho, história e política no Brasil” in: *Tudo é História Cadernos de Pesquisa* 1, Auphib, São Paulo, Brasiliense, Brasil, 1977.

(110) Paulo S. Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 e “As classes médias na Primeira República” in Boris Fausto (org.) *Brasil Republicano*. Sociedade e Instituições, já citado anteriormente.

Foram os responsáveis (in)diretos e a quem devemos a base inicial de nossas colocações os historiadores Edgar de Decca e Carlos A. Vesentini.⁽¹¹¹⁾ É no caminho por eles apontado — o da retomada da memória histórica de 30, construída no contexto dos conflitos de classe, no qual os temas e as interpretações são impostos — que nos colocamos.

Edgar de Decca sugeriu que, ao se refletir sobre a construção da memória do tema, se examine a passagem do termo revolucionário para tenente, pois essa passagem “revela a emergência de um sujeito político novo tornando possível perceber a singularidade do acontecimento ou sua diferença temporal, obscurecida pela continuidade dos tempos sugerida pelo termo ‘tenentes’”.⁽¹¹²⁾

Esse autor questiona o fato de a interpretação da oligarquia contra o tenentismo então criada e que reflete as lutas sociais da época, ainda no momento atual, legitimar a maior parte de nossos trabalhos acadêmicos.

Faz forte crítica a autores que tomam ao pé da letra as oposições dos agentes políticos definidos a partir da memória da revolução de trinta. Para alguns deles,

“assim o que ‘produz’ o tenentismo não é o campo simbólico instituído no próprio conflito de classes e que desemboca na memória histórica da revolução de trinta, mas sim variáveis estruturais de dependência de classe e variáveis superestruturais de autonomia do aparelho do Estado face à ‘sociedade civil’”.⁽¹¹³⁾

Carlos A. Vesentini, em suas propostas de estudo sobre a memória histórica, vê o tenentismo como tendo sido imposto com a força de um “fato”:

“As diversas lutas, as revoltas, as chamadas de imprensa, o ‘outro tipo de política’, acabaram por ‘configurar... uma corrente’. Por esse labor, tenentismo aparece, então, enquanto tal. Ele é um tema, com força de fato, e pode tornar-se suporte para

(111) Ver os trabalhos dos autores indicados no início deste artigo, na nota n.º 6.

(112) Edgar de Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, p. 19.

(113) *Ibidem*, *ibid.*, p. 83. O autor critica nesse trecho, em particular, a socióloga M. Cecília S. Forjaz, por uma afirmação feita nas páginas 19 e 20 do trabalho *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. Concordamos que, preocupar-se com o duplo condicionamento que teria feito surgir o tenentismo, numa procura de sua gênese por uma determinação estrutural, não é um caminho produtivo para o trabalho de historiador.

uma interpretação. Produto e resultado do trabalho vivo do pensamento, integrar-se-á em novo e amplo esquema explicador. Ou apenas em nova análise, sobre si próprio".⁽¹¹⁴⁾

O tenentismo se torna, portanto, "fato" que não se discute e que só resta interpretar: "A memória vai se definindo à medida que apropriada e amarrada em suas categorias mais gerais e capazes de falar a todos".⁽¹¹⁵⁾

Aponta Vesentini, como de Decca, o fato de a interpretação oligarquia contra tenentismo passar impune por nossa historiografia.

Em artigo anterior, alertara já para que se veja que, por volta de 1928, dá-se

"um momento histórico no qual o termo 'revolucionário' aparece muito. Os chamados tenentes a ele se associam e entre estes a 'revolução' tende a possuir diversos significados. Mas as oposições ligam-se ao tema (por exemplo, o Partido Democrático de São Paulo) e seu uso é extremamente difundido na imprensa".⁽¹¹⁶⁾

Como podem perceber, essas colocações nortearam nossas reflexões por uma identidade de postura teórico-metodológica em relação ao procedimento histórico.

.....

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos concluir formalizando algumas colocações que nos parecem importantes para se problematizar o tenentismo.

Em primeiro lugar, o tenentismo, como "fato histórico", tal como tem sido tratado, não existiu; a generalização de alguns dados e sua interpretação são indícios de um momento histórico ainda não suficientemente explicado. É preciso se reexaminar todas as manifestações que foram vistas como "tenentismo", para uma explicação mais satisfatória sobre esse momento. A partir de crítica e nova elaboração histórica, talvez se possa explicar os porquês de algumas delas terem sido vistas como tenentistas e os porquês do tenentismo ter adquirido um caráter tão amplo e unificado.

(114) Carlos A. Vesentini, *A Teia do fato*, pp. 125-126.

(115) *Ibidem*, *ibid.*, p. 245.

(116) *Idem*, *A Fulguração recorrente*, p. 29.

Em segundo lugar, o tenentismo, como tema, deve ter sido uma categoria explicativa no momento em que surgiu, pois não é um tema tão inocente como parece ser para maior número de autores que com ele trabalham. . . É preciso uma retomada do momento de sua criação; é preciso um exame da multifacetada sociedade em que surgiu, em seus diferentes níveis de articulações entre grupos e oposições de classe, através do qual seja possível se perceber o calor da hora que provocou o aparecimento do tema.

Eis por que propomos uma revisão do tenentismo que compreenda, inevitavelmente associados e absolutamente imbricados, um desvendamento de sua criação, sua discussão conceitual e pesquisas empíricas que, supomos, poderão levar ou a uma reformulação do tema, ou a sua implosão e despedaçamento.